

Área de concentração: **Direito Econômico, Financeiro e Tributário**

Subárea: **Direito Econômico e Economia Política**

ESPELHO DE CORREÇÃO

A questão exige que o candidato demonstre o domínio da técnica dissertativa e o conhecimento teórico para articular os textos indicados na bibliografia obrigatória do exame com a dinâmica da produção normativa nos quatro períodos indicados.

Sobre os textos bibliográficos, espera-se que o candidato explique brevemente os temas da economia política indicados entre parênteses no corpo da questão, a saber, o caráter contingente da economia para Karl Polanyi; os ciclos da formação econômica brasileira para Celso Furtado e os sentidos da colonização no processo de formação da economia brasileira para Caio Prado Júnior. Tratando-se de um exame para as áreas de Economia Política e Direito Econômico, o conhecimento aprofundado da bibliografia e dos principais aportes teóricos dos autores indicados é exigência para aprovação. Neste sentido, atribui-se 03 (três) pontos para a explicação correta das questões de economia política derivadas de cada um destes autores.

A economia política é uma premissa para o desenvolvimento da segunda parte da resposta, a saber, a descrição das particularidades do Direito Econômico Brasileiro nos quatro ciclos temporais indicados. Espera-se que o candidato identifique as peculiaridades de cada período histórico assinalado, indicando as singularidades da produção normativa dos períodos. O conceito de contingência de Polanyi pode amparar a discussão contra a universalidade da identidade entre mercado e economia, articulando o papel distinto que o Estado assume em cada um dos períodos. A questão do subdesenvolvimento e dos desafios para superá-lo pode ser extraída da obra de Furtado, indicando as particularidades do processo de acumulação no subdesenvolvimento em cada um dos períodos (padrão libra-ouro, desestruturação global do entre guerras, reorganização pós Bretton Woods, padrão dólar flexível). Por fim, a persistência dos sentidos da colonização pode ser extraída da obra de Prado Júnior, que permite articular o tema do subdesenvolvimento com o tema da dependência e das hierarquias globais. Além disso, as obras de Grau e Souza permitem ao candidato explorar as especificidades do Direito Econômico Brasileiro e jogar luz ao caráter não universal e contingente do campo jurídico. Atribui-se à relação entre economia política, revisão bibliográfica e descrição das peculiaridades do desenvolvimento institucional brasileiro 05 (cinco) pontos.

Por fim, é imprescindível que, após articular a leitura da economia política dos autores da bibliografia e descrever as particularidades dos ciclos, indicando as mudanças dos regimes de acumulação e o papel do Estado e do mercado em cada um deles, o candidato seja capaz de apresentar exemplos que sustentem a relação entre economia política e forma jurídica. Atribui-se à qualidade e capacidade explicativa dos exemplos 02 (dois) pontos.

Em síntese, a pontuação da questão fica assim distribuída:

- explicação da economia política a partir dos autores da bibliografia – 03 (três) pontos;
- articulação entre regime de acumulação dos períodos indicados, economia política e desenvolvimento institucional – 05 (cinco) pontos, sendo 01 (um) ponto para cada período, perfazendo 04 (quatro) pontos) e 01 (um) ponto adicional pela compreensão global dos períodos;
- sustentação da relação entre economia política e direito a partir de exemplos – 02 (dois) pontos.